

**JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO  
E A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS**

– À veneranda Memória de  
Jerônimo de Albuquerque Maranhão –

*Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão\**

*(...) J. de A. Maranhão entregou-se (...) a fundação (...) da capital (...).  
(...) a nada se eximio para dar (...) engrandecimento áquella terra que  
havia conquistado (...).*

*(...) sobreviveu á restauração (...) sómente (...) o tempo necessario para  
ajuntar a sua gloria de guerreiro, a de fundador de uma das mais bellas cida-  
des do Brazil, a de S. Luiz do Maranhão<sup>1</sup>.*

(Francisco Augusto Pereira da Costa (\*1851, † 1923)

**Resumo:** *Sobre o Fundador da Cidade de São Luís do Maranhão.*

**Resumé:** *Sur l'identité du fondateur de la Ville de Saint Louis du Maranhão.*

**Abstract:** *On the authorship of the foundation of the Town of Saint Louis in Maranhão.*

---

\* Bacharel e Licenciado em Filosofia, Advogado, com cursos de Mestrado e Doutorado em Direito Público. Sócio: Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Correspondente Estrangeiro do Instituto Português de Heráldica; Honorário do Instituto do Sacro Império Romano.

<sup>1</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres – DBPC*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. (Coleção Cidade do Recife, v. XVI). Fac-simile da edição de 1882. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello; p. 429.

Como neste caso, após a primeira citação do título de uma obra, seguir-se-á sua abreviatura, a fim de substituir o título em outras citações.

## SUMÁRIO

- I. Prólogo
- II. A longa tradição histórica
  - 1. A afirmação da fundação luso-brasileira
    - A. Século XVII. João Felipe Bettendorff
    - B. Séculos XVII-XVIII. Bernardo Pereira de Berredo
    - C. Séculos XVIII-XIX
      - Raimundo José de Sousa Gaioso
      - Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres
      - *Almanak do Maranhão*
      - Comendador Antônio Joaquim de Mello
      - César Augusto Marques
    - D. Séculos XIX-XX
      - Francisco Augusto Pereira da Costa
      - Henriques Leal
      - Antônio Baptista Barbosa de Godois
  - 2. A não-referência à fundação de uma cidade por franceses
    - A. Considerações Iniciais
    - B. Século XVII. Diogo de Campos Moreno
    - C. Séculos XVIII-XIX. Robert Southey
    - D. Século XIX. Francisco Adolfo de Varnhagen
    - E. Séculos XIX-XX
      - Capistrano de Abreu
      - Tenente-Coronel Augusto Fausto de Souza
- III. Uma posição contraditória? Ferdinand Denis
- IV. Uma mudança de entendimento. João Ribeiro do Amaral
- V. A voga de novo entendimento no século XX
  - 1. Entendimento pela fundação francesa
    - Domingos Perdigão
    - Valdenira Barros
    - Domingos Vieira Filho
  - 2. Entendimento pela fundação francesa, com reconhecimento pela ascendência e/ou contribuição portuguesa
    - Luís Domingues
    - Mário Martins Meireles
    - Luís Alfredo Netto Guterres Soares
- VI. Reafirmação da fundação luso-brasileira
  - 1. Considerações Iniciais
  - 2. Século XX
    - “Teodomiro”

- Paulo Ferreira Santos
  - José Moreira
  - Apoio à posição de José Moreira em 1980: Elói Coelho, Virgílio Domingues Filho, José de Ribamar Seguins; *Jornal do Povo*
  - Nonato Masson
  - Olavo Correia Lima
3. Séculos XX-XXI. Maria de Lourdes Lauande Lacroix
- VII. Fundação da Cidade de São Luís
- VIII. A Cidade de São Luís, e São Luís Gonzaga
- IX. Conclusão sobre a fundação da Cidade
- X. Jerônimo de Albuquerque Maranhão
- XI. A Família de Jerônimo de Albuquerque Maranhão
1. Descendência parcial
    - A. Em Portugal
    - B. No Brasil
  2. Antepassados próximos de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, desde o primeiro que usou o nome de Albuquerque. Parentesco com Afonso de Albuquerque, o Grande

## I. PRÓLOGO

Em 1612, uma expedição francesa invade a Capitania do Maranhão, estabelecendo a chamada França Equinocial e fundando o **forte** (não a **cidade**) de São Luís.

A 19-NOV-1614, durante a denominada “Jornada Milagrosa”, Jerônimo de Albuquerque Maranhão vence (não obstante a grande superioridade numérica de seus adversários) os invasores estrangeiros chefiados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, na famosa batalha de Guaxenduba. A 27-NOV-1614, na convenção de tréguas (resultante da batalha) firmada com o chefe francês, o comandante luso-brasileiro acrescentou a seu nome de família o apelido de “Maranhão”, assinando-se, então, pela primeira vez, Jerônimo de Albuquerque Maranhão.<sup>2</sup> Esse nome de família, que transmitiu a sua descendência, veio a ser reconhecido pelo Rei Filipe II, de Portugal, III de Espanha; era, então, o tempo da União Ibérica, de 1580 a 1640.

Longa tradição histórica atribui aos luso-brasileiros, e mais precisamente a Jerônimo de Albuquerque Maranhão, a fundação da Cidade de São Luís.

<sup>2</sup> RIO-BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Edição fac-similada. Ministério das Relações Exteriores, [1946]; pp. 554 e 541-542.

A partir do século XX, começou-se a comemorar essa fundação como de autoria francesa. Esse novo entendimento não é unânime, tendo sido contestado inclusive pela historiadora maranhense contemporânea Maria de Lourdes Lauande Lacroix, professora (já aposentada) das Universidades Federal e Estadual do Maranhão, em artigos, livros e palestras.

Neste artigo, examinaremos esse tema, seguindo, em grande parte, a importante obra da mencionada historiadora.

## II. A LONGA TRADIÇÃO HISTÓRICA

### 1. A AFIRMAÇÃO DA FUNDAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

#### A. SÉCULO XVII

**João Felipe Bettendorff** (\*1627, † 1698), jesuíta alemão<sup>3</sup>, em missão no Maranhão de 1661 até seu falecimento em 1698<sup>4</sup>, registrou acontecimentos desde os primórdios até 1698.<sup>3</sup> Em sua *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, e reportando-se a Claude d'Abbeville na Ilha do Maranhão em companhia de Daniel de La Touche, diz, a respeito da Ilha<sup>4</sup>:

*para pois dar alguma breve notícia della, digo com o dito autor, e pelo que me consta por ter morado nella muitos annos, que é a em que depois de expulsados os Francezes se edificou a Cidade de S. Luiz, cabeça de todo o Estado do Maranhão*<sup>5</sup> (grifos nossos).

Caso tenha usado a palavra “edificou” com o mesmo significado de “fundou”, ou “fundou e construiu”, ou “fundou e começou a construir”, o autor não atribuiu a fundação da cidade aos franceses, mas aos que permaneceram após eles: os luso-brasileiros.

Note-se ter o autor morado 37 anos (de 1661 a 1698) no Maranhão, tendo aí começado a morar em 1661, menos de 50 anos desde o início da ocupação francesa em 1612, quando ainda deveriam estar vivas pessoas contemporâneas aos fatos, e poderia estar nítida a memória da época.

<sup>3</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos – FFSLSM*. São Luís: Editora UEMA, 2008, 3ª edição, revisada e ampliada, p. 85.

<sup>4</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial – JAM*. São Luís: UEMA, 2006, p. 148.

<sup>5</sup> BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica (...)*, cit. 2ª Edição. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 10. *Apud JAM*, p. 148; ver, também, p. 161. A *Crônica (...)* foi escrita em 1732. Sua 1ª edição é de 1910 (*FFSLSM*, p. 178).

## B. SÉCULOS XVII-XVIII

**Bernardo Pereira de Berredo** (\* séc XVII, na Vila de Serpa, Alentejo, † 1748, em Lisboa), administrador colonial e cronista português<sup>6</sup>, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1718-1722)<sup>4</sup>, em seus *Annaes Históricos do Estado do Maranhão – AHEM* (crônica dos acontecimentos do Maranhão, dos primórdios até 1718<sup>7</sup>) diz (grifos nossos):

*Dá princípio Jeronymo de Albuquerque à Fundação da Cidade de São Luiz. A razão por que lhe poz este nome, sendo o proprio da sua Fortaleza, que se lhe transfere no de S. Filippe.*<sup>8</sup>

*Logo que o General Alexandre de Moura sahio da bahia do Maranhão, applicou Jeronymo de Albuquerque o principal cuidado à útil fundação de huma Cidade naquelle mesmo sitio, obra de que tambem se achava encarregado (...) com repetidas honras justissimamente merecidas.*<sup>9</sup>

Uma das possíveis razões para a escolha do nome de São Luís foi “porque estando tão conhecida já aquella Ilha pela natural participação da sua Fortaleza” se não lhe confundisse “o nome com a mudança delle (...)”<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> KOOGAN/HOUAISS. Enciclopédia e Dicionário. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1992, p. 1004.

<sup>7</sup> *FFSLSM*, p. 39; ver, também, pp. 29 (Nota 9) e 178, bem como *JAM*, p. 161.

<sup>8</sup> BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricos – AHEM*. V. 1. Florença: Tipografia Barbera, 1905, p. 151. *Apud FFSLSM*, p. 71; ver, também, *FFSLSM*, pp. 29 (Nota 9) e 178, bem como *JAM*, p. 161.

Sobre os *Annaes Históricos do Estado do Maranhão* (ou *Annaes Históricos*), consta, na *Enciclopédia Brasileira Mérito*, V. 3, São Paulo – Rio de Janeiro – Pôrto Alegre – Recife: Editora Mérito S.A., 1957, p. 310, o título *Anais Históricos do Estado do Maranhão, em que se d Notícia do Seu Descobrimento, e Tudo o Mais que Nêle Tem Sucedido Desde o Ano em que Foi Dâescoberto Até ao de 1718* (Lisboa, 1749).

<sup>9</sup> *AHEM*, v. 1, pp. 162 e 163. *Apud FFSLSM*, p. 86.

<sup>10</sup> *AHEM*, v.1, p. 163. *Apud JAM*, p. 149.

### C. SÉCULOS XVIII-XIX

**Raimundo José de Sousa Gaioso**, radicado no Maranhão de 1787 até sua morte em 1813 (*JAM*, p. 149), refere:

*Livre o Maranhão (...) de toda a sugeição francesa, applicou Jerônimo de Albuquerque todo o seu cuidado na fundação de huma cidade n'aquelle mesmo sítio (...).*<sup>11</sup>

Entre as possíveis razões para a escolha do nome, diz, seguindo Bernardo Pereira de Berredo, que “lhe declarou a invocação de S. Luiz, ou porque estando já tão conhecida aquella ilha pela participação de sua fortaleza, ou porque não quis confundir o nome com a mudança delle (...)” (*JAM*, p. 149).<sup>11</sup>

Frei **Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres**:

*Jerônimo de Albuquerque fundou logo junto à fortaleza de São-Luiz uma cidade(debaixo da proteção de Maria Santíssima com o título de Victoria que já lhe tinha decretado em Guaxenduba) com a invocação de São-Luiz; e a fortaleza d'este nome teve aqui por diante o de São – Filipe...*<sup>12</sup>

No *Almanak do Maranhão*, parte VII – relação de fatos e respectivos anos, de 1949, consta, **após** referência à **expulsão** dos franceses, em 1615: “Principia-se a edificação de São Luiz – 1616”.<sup>13</sup>

O Comendador **Antônio Joaquim de Mello** (\*2-FEV-1794, Recife, † 8-OUT-1873<sup>14</sup>):

<sup>11</sup> GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos principios da lavoura do Maranhão-CHPPLM*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970, p. 73. *Apud FFSLSM*, p. 86. *CHPPLM*, um dos clássicos da historiografia maranhense, foi publicado pela viúva do autor em 1918 (*FFSLSM*, p. 40); a 2ª edição é de 1970, (*JAM*, p. 162).

<sup>12</sup> Em sua *Poranduba Maranhense*, Rio de Janeiro, IHGB, Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemnert & Cia, 1891, p. 44. *Apud JAM*, p. 150 (ver, também, p. 162).

<sup>13</sup> *Almanak do Maranhão com folhinhas para o anno de 1849*. A. Rego, (2º Ano), Maranhão. *Apud FFSLSM*, p. 41.

<sup>14</sup> *DBPC*, pp. 103 e 120.

*São Luís tem a lisonjeira circunstância de ser obra, e troféu glorioso de um brasileiro imortal, filho de Olinda, timbre em que se não decoram as demais capitais e Províncias do Brasil.*<sup>15</sup>

O *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão-DHGPM*, de **César Augusto Marques**, publicado em 1870, não tem um verbete *França Equinocial*, nem referência a uma origem francesa da Cidade de São Luís, e diz, p. 445 (grifos do autor citado)<sup>16</sup>:

*Jerônimo de Albuquerque, (...) livre dos cuidados inerentes à guerra, aplicou-se à fundação da cidade, hoje de São Luís (...).*

César Augusto Marques fez a primeira tradução para o português (de 1874) do livro *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614* (título da 3ª edição brasileira, de São Paulo: Editora Siciliano, 2002), publicado em 1615, do Pe. Yves d'Evreux (\*ca. 1577, em Evreux, França, † 1650?)<sup>17</sup>, Superior dos frades Capuchinhos, na expedição francesa que chegou ao Maranhão no início de 1612 (tendo ele ficado até 1614)<sup>18</sup>, famoso e importante livro da época.<sup>19</sup>

O Pe. Yves d'Evreux escreveu seu livro após haver lido a obra do Pe. Claude d'Abbeville, capuchinho que se dirigiu com ele ao Maranhão, *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão (...)* (1614).<sup>20</sup>

César Augusto Marques, portanto, ao afirmar a fundação da **Cidade** de São Luís por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, conhecia muito bem o relato francês sobre a ocupação francesa do Maranhão, **relato esse, aliás, que nunca**

<sup>15</sup> Seu livro *Biografias de alguns Poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco* – BAPHIPP, 1856. Apud ALBUQUERQUE MARANHÃO, João de. *História da Casa de Cunhaú*. Pernambuco – Recife: Arquivo Público Estadual, 1956. Prefácio de Gilberto Freyre. Após a p. VI, epígrafe do Preâmbulo. BAPHIPP é obra em três volumes, impressa em Pernambuco em 1856-1858-1859, conforme DBPC, p. 114.

<sup>16</sup> FFSLSM, p. 87.

<sup>17</sup> MARIZ, Vasco & PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial. Os Franceses no Maranhão (1612-1615)* – LRFÉ. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 173-174 e 183. Observe-se ser esse livro a favor da fundação francesa de São Luís.

<sup>18</sup> LRFÉ. pp. 170-171.

<sup>19</sup> LRFÉ. p. 169.

<sup>20</sup> LRFÉ. pp. 171, 173 e 183.

**afirma terem os franceses fundado lá uma cidade (São Luís), mas (tão somente) um forte de São Luís.**

#### D. SÉCULOS XIX-XX

**Francisco Augusto Pereira da Costa** (\* 16-DEZ-1851, Recife, onde † 12-NOV-1923), do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (1876) Bacharel em Direito (1891), e um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras (1901)<sup>21</sup>:

*(...) J. de A. Maranhão entregou-se afanosamente a **fundação** e **edificação da capital** (...).*

*(...) protegeu aos indígenas, cuidou dos negócios da administração organizando-os convenientemente, (...) e a nada se eximio para dar prosperidade e engrandecimento áquella terra que havia conquistado palmo a palmo com a sua espada, com o seu valor.*

*(...) sobreviveu á restauração (...) sómente (...) o tempo necessario para ajuntar a sua gloria de guerreiro, a de **fundador** de uma das mais bellas cidades do Brazil, a de **S. Luiz do Maranhão** (...).<sup>22</sup> (grifos nossos).*

Em 1874, **Henriques Leal** – refere Maria de Lourdes Lauande Lacroix – atribui a Jerônimo a edificação e arruamento da cidade e, inclusive, o ter dado princípio ao palácio (que, diz ele, ainda serve de morada aos governadores), com mais algumas obras<sup>23</sup>.

#### **Antônio Baptista Barbosa de Godois:**

*De posse do governo do Maranhão, Jeronimo d'Albuquerque (...), trouxe com solícitude da **fundação da cidade**, que pôs sob a proteção da Senhora da Victória dando-lhe todavia o nome de São Luiz que os franceses haviam posto ao **seo forte**<sup>24</sup> (grifos nossos).*

A historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix assinala que, até 1896, “nenhum jornal ou outra qualquer publicação destacou o 8 de Setembro como data memorável pela fundação de São Luís”, e que os “*Almanques da*

<sup>21</sup> DBPC, penúltima e última pp. da “Nota do Editor”, assinada por Leonardo Dantas Silva, Diretor-Executivo da Fundação de Cultura Cidade do Recife.

<sup>22</sup> DBPC. p. 429.

<sup>23</sup> JAM. p. 151.

<sup>24</sup> GODOIS, Antônio Baptista Barbosa de. *História do Maranhão para uso dos alumnos da Escola Normal – HM*. Tomo I. São Luís: Typografia de Ramos d’Almeida & C., Suces, 1904, p. 167 *Apud FFSLSM*, p. 41.

*Província* consideram a fundação da cidade após a expulsão dos franceses”.<sup>25</sup> Observe-se que o dia 8-SET-1612 é dado, por defensores da fundação francesa da Cidade de São Luís, como a data dessa fundação.

## 2. A NÃO-REFERÊNCIA À FUNDAÇÃO DE UMA CIDADE POR FRANCESES

### A. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Além dos historiadores que afirmam a fundação luso-brasileira da Cidade de São Luís, há historiadores que não mencionam a fundação de uma cidade por franceses, nem a existência de qualquer cidade quando eles deixam o Maranhão, havendo os que referem a entrega, por eles, aos vencedores luso-brasileiros, não de uma cidade, mas: do “forte”; do “forte (...)” de São Luís”; da “colônia” e “da fortaleza”.<sup>26</sup>

### B. SÉCULO XVII

**Diogo de Campos Moreno** faz, em seu livro *Jornada do Maranhão*, descrição minuciosa da fase final da presença dos franceses naquela Capitania, e de sua expulsão. No entanto, conquanto se refira, por exemplo, ao “forte”, jamais faz referência a uma cidade ou vila.<sup>26</sup>

### C. SÉCULO XVIII-XIX

**Robert Southey** (\*1774, † 1843) diz que, quando da expulsão dos invasores, foi “entregue o forte”<sup>27</sup> (grifo nosso), não mencionando qualquer cidade.

### D. SÉCULO XIX

**Francisco Adolfo de Varnhagen** (\*1816, † 1891) não se referiu aos franceses como fundadores da cidade, e escreveu, quanto a sua saída: “No dia 3 de Novembro faz La Ravardière entrega do **forte** chamado por ele de São Luís, e

<sup>25</sup> *FFSLSM*. pp. 86-87.

<sup>26</sup> *FFSLSM*. pp. 89-90 e 85, combinado com *JAM*, pp. 147-148.

<sup>27</sup> SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, volume segundo, 2ª edição. Bahia; p. 71. *Apud FFSLSM*, p. 89.

logo pelos conquistadores, de São Filipe. Os franceses que o guarneciam se embarcaram para a Europa”<sup>28</sup> (grifos nossos).

### E. SÉCULOS XIX-XX

**Capistrano de Abreu** (\*1853, † 1927) diz, sobre a expulsão, que La Ravardière recebeu uma intimação para “entregar a colonia e a fortaleza (...)”<sup>29</sup>, não havendo referência a qualquer cidade.

O Tenente-Coronel **Augusto Fausto de Souza**, do Corpo de Estado Maior de Artilharia, “Bacharel em Mathematicas e Sciencias Physicas” e “do Instituto Historico e Geographico do Brasil”, diz, em artigo<sup>30</sup>, que (grifos nossos):

- *La Ravardière “construiu os fortes de São Luiz e de São-José de Itapary (...)”* (p. 11)
- *Fortificação fundada “em 1612 por La Ravardière, recebeu o nome de São-Luiz (...)”*. “Sitiada por Jeronymo de Albuquerque, que foi reforçado depois por Alexandre de Moura, capitulou” em “Novembro de 1615, dando-lhe então o vencedor o nome de São Filippe (...)” (p. 69)
- *Houve “o sitio da fortaleza de São Luiz, a capitulação” em “Novembro de 1615 e o immediato embarque para o Europa” do chefe francês com o resto de seus companheiros.* (p. 12)

Assim, como os autores acima, Augusto Fausto de Souza não faz menção à fundação de uma cidade pelos franceses.

<sup>28</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo II, 7ª edição integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962. p. 147. *Apud FFSLSM*. p. 89.

<sup>29</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5ª edição, revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. pp. 92 e 93. *Apud FFSLSM*. p. 90; ver, também, p. 180.

<sup>30</sup> “Fortificações no Brazil. Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importancia defensiva, e valor actual. Memoria escripta por convite da commissão directora das Conferencias sobre historia e geographia do Brazil em 1881”. *In Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLVIII, Parte II. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C. 1885. pp. 5 a 140.

### III. UMA POSIÇÃO CONTRADITÓRIA?

Posição quiçá contraditória é a do francês Ferdinand Denis (\*1798, † 1890<sup>31</sup>).

Ao publicar, em 1864, o livro, até então inédito, do Pe. Yves d'Evreux, *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*, ele acrescentou “Introdução e Notas” e, ao final, “Notas Críticas e Históricas sobre a Viagem do Padre Yves d'Evreux”.<sup>32</sup>

Na “Introdução”, diz, sobre Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Francisco Caldeira Castelo Branco:

“*Dos esforços combinados desses dois oficiais, resultou a fundação da risonha cidade de São Luís e da de Belém*”.<sup>33</sup>

Na mesma obra, no entanto, nas “Notas Críticas e Históricas”, contradiz a observação anterior, ao afirmar que “(...) entregou La Ravardièrre ao comandante português a cidade nascente e a fortaleza de São Luís...”<sup>34</sup>.

Entretanto, em nenhum trecho de seu livro, o Pe. Yves d'Evreux referiu-se a qualquer “cidade nascente”.<sup>32</sup>

Em seu livro *Brasil*, voltou a afirmar, sem dizer o que o levou a isso, terem os franceses fundado uma cidade chamada São Luís.<sup>35</sup> Mas a existência da cidade francesa jamais foi referida pelos Padres<sup>36</sup> Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux.

### IV. UMA MUDANÇA DE ENTENDIMENTO

À parte a posição aparentemente contraditória de Ferdinand Denis, a opinião geral dos historiadores, até fins do século XIX – inícios do século XX, era pela fundação luso-brasileira.

<sup>31</sup> *FFSLSM*. p. 90.

<sup>32</sup> *JAM*. pp. 151-152; ver, também, p. 160.

<sup>33</sup> EVREUX, Yves d'. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Introdução e Notas de Ferdinand Denis. 3ª edição. São Paulo: Editora Siciliano, 2002. pp. 42 e 43. *Apud FFSLSM*. p. 90; ver, também, *JAM*, p. 160.

<sup>34</sup> DENIS, “Notas Críticas e Históricas”. *In Evreux, op.cit.*, p. 385. *Apud JAM*. p. 152.

<sup>35</sup> *FFSLSM*. p. 90-91, que cita: DENIS, Ferdinand. *Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Ltda., 1980. p. 301.

<sup>36</sup> *FFSLSM*. p. 91.

Talvez a primeira manifestação de um novo entendimento tenha sido no trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, de José Ribeiro do Amaral. Esse autor, diz Maria de Lourdes Lauande Lecroix, “elevou La Ravardière à condição de fundador”, por “ter assentado vinte e três peças de artilharia numa *eminência* que chamou *Fort Saint Louis*” (grifos da autora), tendo ele concluído<sup>37</sup>: *Assentadas as bases de uma povoação, ia folgadoamente prosperando a nascente colônia, graças ao tino admirável dos chefes da expedição...*<sup>38</sup>

Esse novo entendimento, no entanto, não foi aceito por revistas ou qualquer outra publicação até inícios do século XX.<sup>37</sup>

Em 1912, José Ribeiro do Amaral retomou o assunto, lançando os fundamentos de sua nova interpretação, não mais se baseando no assentamento de canhões no promontório.<sup>39</sup>

Considerou o ato da fundação da cidade como situado nas cerimônias – inclusive religiosas, entre elas a S. Missa – realizadas a 8-SET-1612, simbolizando a tomada de posse da terra, ocasião em que foi dado o nome de São Luís à fortificação então improvisada.<sup>40</sup>

No entanto, mesmo em relatos franceses da época, não há – seja nas cerimônias de 8-SET-1612, seja em qualquer outra ocasião da ocupação francesa do Maranhão, de fins de julho de 1612 a início de novembro de 1615 – qualquer alusão à fundação francesa de uma cidade.

Não obstante isso, e apesar do entendimento generalizado existente até então de autores dos séculos XVII, XVIII e XIX, considerando a fundação luso-brasileira da Cidade de São Luís, a versão da fundação francesa tem sido aceita pela história oficial e veio a estar em voga no século XX, passando a constar em manuais de história do Maranhão.

---

<sup>37</sup> *FFSLSM*. p. 93.

<sup>38</sup> AMARAL, José Ribeiro. *O Estado do Maranhão em 1896*. São Luís: Governo do Estado, 1896. p. 2. *Apud FFSLSM*. p. 93.

<sup>39</sup> Em seu livro *Fundação do Maranhão*, São Luiz: Typogravura Teixeira, 1912. p. 27. *Apud FFSLSM*. pp. 93-94. Ver, também, *JAM*. p. 153.

<sup>40</sup> Ver: *FFSLSM*, pp. 9,38,93,94; *JAM*, p. 153. Observe-se que, diz *JAM*, p. 153, a primeira Missa não foi a 8-SET-1612. Já antes, a 29-JUL-1612, houve cerimônias religiosas, tendo havido a primeira Missa a 12-AGO-1612.

## V. A VOGA DE NOVO ENTENDIMENTO NO SÉCULO XX

### 1. ENTENDIMENTO PELA FUNDAÇÃO FRANCESA

Em 1912, uma Exposição, iniciada a 8 de setembro, festejou os 300 anos da pretendida fundação francesa da cidade.

Domingos de Castro Perdigão, em discurso na abertura do evento, considerou a fundação de São Luís como exemplo de civilização europeia dada pelos franceses.<sup>41</sup>

Valdenira Barros, em *Imagens do moderno em São Luís*, destacou o mencionado discurso de Domingos Perdigão, como um resgate das raízes europeias francesas, presentes em São Luís desde sua fundação. Diz ela:

*Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos (...).*<sup>42</sup>

Domingos Vieira Filho refere a “cidade de La Ravardière, surgida de uma aventura de (...) franceses” em 8-SET-1612<sup>43</sup>, e, entendendo ser francesa a origem da Cidade, diz: “todos os documentos existentes nas bibliotecas, tanto do Brasil, como na Europa comprovam sem deixar nenhuma dúvida, o fato”.<sup>44</sup>

### 2. ENTENDIMENTO PELA FUNDAÇÃO FRANCESA, COM RECONHECIMENTO PELA ASCENDÊNCIA E/OU CONTRIBUIÇÃO PORTUGUESA

A 8-SET-1912, o Governador do Estado do Maranhão, Luís Domingues, no discurso de encerramento da solenidade de abertura dos festejos dos 300 anos da pretendida fundação francesa, diz “que, vaidosos embora da descendência dos

<sup>41</sup> *FFSLSM*, pp. 96 (inclusive a Nota 29) -97 e 41.

Domingos Perdigão era oficial da Secretaria do Governo, Presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho, integrante da comissão para organizar o programa dos festejos do pretendido Tricentenário.

<sup>42</sup> *Álbum Comemorativo do 3º Centenário do Estado do Maranhão*, p. 5. In BARROS, Valdenira. *Imagens do moderno em São Luís*. São Luís: 2001, p. 24. *Apud FFSLSM*, pp. 41-42.

<sup>43</sup> VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve História das ruas de São Luís*. São Luís: SENAC, 1962, p. 13. *Apud FFSLSM*, p. 43.

<sup>44</sup> VIEIRA FILHO, Domingos. Entrevista ao jornal *Semanão*, São Luís, 15-OUT-1978, p. 2. *Apud FFSLSM*, p. 122.

portugueses, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos franceses”,<sup>45</sup>

Mário Martins Meireles alude a São Luís como “orgulhosa sempre de sua naturalidade portuguesa, daquela estirpe materna de barões assinalados, zelosa de sua educação coimbrã que lhe concede a graça de falar melhor e mais bonito a língua de Camões além mar (...)”<sup>46</sup>, mas considera Daniel de La Touche como fundador de São Luís, afirmando ser isto “o estabelecido e pacificamente aceito por todos os nossos historiógrafos”.<sup>47</sup>

É claro que a afirmação do último trecho entre aspas não corresponde à realidade.

Luís Alfredo Netto Guterres Soares, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, diz, em artigo na Revista desse Instituto:

*Embora tenha sido historicamente a única das capitais brasileiras oficialmente fundada por franceses, São Luís do Maranhão é, na verdade, a mais lusitana de todas as cidades do Brasil...*

*Não será exagerado dizer, que inexistente na Ilha do Amor, uma rua, uma avenida, um beco e até mesmo uma simples viela, que não evoque as coisas de Portugal.*

*São Luís do Maranhão é, na verdade, um relicário que guarda avaramente lembranças da saga dos portugueses, onde se pretendeu instalar a França Equinocial há exatamente 376 anos passados.*

*E por isto mesmo é a guardiã das tradições lusas (...).*<sup>48</sup>

## VI. REAFIRMAÇÃO DA FUNDAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos séculos XX e XXI, o entendimento pela fundação francesa está longe de ser pacífico, havendo autores que não somente afirmam a valiosa contri-

<sup>45</sup> *Diário Oficial*, 9 de Setembro de 1912, p. 1. *Apud FFSLSM*, pp. 96 a 98.

<sup>46</sup> MEIRELES, Mário Martins. *França Equinocial*. S. Luís: Tipografia São José, 1962. p. 136. *Apud JAM*. pp. 144-145.

<sup>47</sup> MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão* (São Luís 1960. 3ª Edição atualizada. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 58. *Apud JAM*, p. 159; ver, também, pp. 112 e 165.

<sup>48</sup> “São Luís do Maranhão: a cachopa de aquém-mar”. São Luís: *RIHGM*, ano LXIV, janeiro 1996, vol. 17, pp. 93 a 95.

buição portuguesa (como Mário Martins e Luís Alfredo Netto Guterres Soares), mas, como veremos a seguir, afirmam a fundação luso-brasileira de São Luís, ou, ao menos, põem em dúvida a fundação francesa.

## 2. SÉCULO XX

Ruben Almeida, em artigo publicado a 13-SET-1930<sup>49</sup> rejeitava a versão da fundação francesa, tratando-a como pura invenção.<sup>50</sup> Mas, muitos anos mais tarde, mudando de opinião, afirmou ter sido Daniel de La Touche “quem fundou São Luís”.<sup>51</sup>

Artigo de alguém que se assinou “Teodomiro” dizia, em 1962:

*Há quem diga que a cidade tem 350 anos. Há quem diga que (...) tem 427 anos. Há quem diga que (...) é eterna. E a opinião geral é que estamos comemorando uma fundação à francesa. Mas isso pode constituir galicismo histórico o que é contrário ao espírito de uma terra que nunca deixou de primar pela vernaculidade de nosso falar e pela pureza de nosso sentimento de brasilidade. Não fica bem para nós esse grande pecado original. Daí ser necessário confundir colonização com fundação, misturar o depois com o antes, balburdiar tudo... não quebrar um tabu, uma quase superstição de nossa boa gente.*<sup>52</sup>

Em 1961, **Paulo Ferreira Santos**, em estudo clássico sobre a formação de cidades no Brasil colonial, referia-se a São Luís como “fundada em 1616 sobre o reduto francês de La Ravardière, e cujo plano, (...) do engenheiro-mor do Reino, Francisco Frias de Mesquita, era perfeitamente octogonal e compreendia (...) o levantamento do que existia, (...)” e “o projeto de extensão e desenvolvimento da cidade”.<sup>53</sup>

**José Moreira** contestou a atribuição da fundação aos franceses<sup>54</sup>.

<sup>49</sup> ALMEIDA, Ruben. “Japy-Assú”. In José Ribeiro de Sá Valle. *Anthologia Maranhense*. Maranhão: Ramos D’Almeida & Cia Ltda., 1937. p. 106. *Apud FFSLSM*, p. 101.

<sup>50</sup> *FFSLSM*, p. 101.

<sup>51</sup> Entrevista ao jornal *Semanão*, São Luís, 15-OUT-1978. p. 2. *Apud FFSLSM*, pp. 121-122.

<sup>52</sup> *Jornal Pequeno*, 8-SET-1962 (edição especial), p. 2. *Apud FFSLSM*, pp. 109-110.

<sup>53</sup> SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. *Apud JAM*, p. 160.

<sup>54</sup> *FFSLSM*, p. 121.

Em solenidade no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, assistida pela maioria dos sócios, José Moreira fez palestra negando aos franceses essa fundação e afirmando ter sido Jerônimo de Albuquerque Maranhão o verdadeiro fundador da cidade. Elói Coelho, Virgílio Domingues Filho e José de Ribamar Seguins, presidente da mesa, concordaram com o orador. (Sobre isso, ver o *Diário do Povo*, de 4 de maio de 1980, p. 4).<sup>55</sup>

O *Jornal do Povo* (4 de maio de 1980, p. 4), em comentário ao debate, diz, ao final:

*Tendo em vista as provas documentais evidenciados na conferência de José Moreira, fruto de um exaustivo trabalho de pesquisa, pode-se afirmar que o verdadeiro fundador da cidade de São Luís foi o brasileiro Jerônimo de Albuquerque (...), pondo abaixo a tese inicial de que tinha sido (...) La Ravardièere o seu fundador.*<sup>55</sup>

Em 1991, **Nonato Masson**, jornalista, pertencente à Academia Maranhense de Letras, contestou, em entrevista, a fundação francesa, atribuindo a invenção dessa fundação ao fascínio brasileiro pela França. Entendeu ser Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardièere, tido como fundador de São Luís<sup>56</sup>,

*Talvez por ser um som sonoro (...), nome francês e a França era admirada pelos brasileiros, aliás parece ainda ser. Você lê nos programas de turismo, não ouve dizerem no rádio ser São Luís a única cidade brasileira fundada por franceses?*<sup>57</sup>,

**Olavo Correia Lima**, médico, antropólogo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, observa, na revista do mesmo Instituto:

*A História Maranhense é uma das mais descuidadas do Brasil. Vem repetindo-se erros dantanho, sem a devida aferição da Pesquisa Histórica e até pela Crítica Científica. É natural que esteja recheada de mitos, a começar pelo da fundação de São Luís, que representa, por sua vez, um dos primeiros passos históricos do Maranhão. Tais mitos ou sonhos públicos são enunciados às inteligências desprevenidas como absolutamente autênticos, seja por jornalistas incautos, e mais gravemente, ao alunado, em obras didáticas destinadas a desabrochar nossos jovens para a Vida e para a Pátria, no que se impõe desabusa-*

---

<sup>55</sup> FFSLSM, p. 122.

<sup>56</sup> FFSLSM, pp. 124-125.

<sup>57</sup> *O Estado do Maranhão*, 8-SET-1991, p. 1. Apud FFSLSM, pp. 124-125.

da revisão, embora com risco de antipatia e o dissabor de ferir tabus consagrados<sup>58</sup> (o grifo não é nosso)

Afirma, também:

*Foi o brasileiro Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nosso restaurador, o verdadeiro fundador de São Luís. Fez ele seu primeiro traçado urbanístico; fabricou o primeiro tijolo; levantou a primeira parede; construiu a primeira casa, (não tugúrio). Portanto, o primeiro a dar nascimento ao urbanismo ludovicense.*<sup>59</sup>

Faz menção, ainda, ao heroísmo e à fidalguia do português.

### 3. SÉCULOS XX-XXI

À Prof<sup>a</sup> **Maria de Lourdes Lauande Lacroix** se deve, nos últimos anos, minuciosa pesquisa sobre a fundação da **Cidade** de São Luís, que concluiu, fundamentadamente e com ênfase, pela fundação luso-brasileira.

Diz que há vários anos, uma funcionária da *Radio de France* veio de Paris para entrevistar pessoas das Ilhas de Villegagnon e de São Luís. Desejava confirmar aí a influência francesa, possivelmente deixada no século XVII<sup>60</sup>, quando da tentativa de colonização.

Para atender a essa funcionária, ela realizou ampla pesquisa.

Ao acompanhar a ação do Sr. de La Ravardière e seus comandados, verificou a ausência de iniciativas para a formação de uma cidade.<sup>60</sup>

Inquieta com essa verificação, recorreu aos mais antigos historiadores do Maranhão e não encontrou qualquer alusão à fundação de uma cidade pelos franceses.<sup>61</sup>

Surpresa, continuou a pesquisa e verificou ter a afirmativa dessa fundação surgido em uma época de decadência econômica e conseqüente marasmo social. O porquê dessa afirmação pareceu-lhe estar relacionado ao inconformismo e até ao ressentimento que acompanhou esse declínio. Tratou-se de cultivar o orgulho regional, buscando mecanismo de defesa que toldasse seu desencanto. Recorreu-se, então, à singularidade: passou-se a enaltecer o passado, apresentan-

<sup>58</sup> LIMA, Olavo Correia. “Duas Controvérsias Científicas”. São Luís: *RIHGM*, Ano LXIII, abril de 1993, v. 16, p. 81. *Apud FFSLSM*, pp. 129-130. Ver, também, pp. 128, 129 e 102.

<sup>59</sup> LIMA, Olavo Correia. *Op. cit.*, p. 85. *Apud FFSLSM*, pp. 127-128.

<sup>60</sup> *FFSLSM*, p. 25.

<sup>61</sup> *FFSLSM*, pp. 25-26.

do ao Brasil uma província diferente, com povo educado, instruído, culto, atento ao vernáculo, local de literatos e poetas.<sup>62</sup>

Para confirmar essa singularidade, trasladou a fundação de São Luís<sup>62</sup> dos portugueses para os franceses, diferentemente de outras capitais brasileiras.

Essa versão tem sido aceita pela história oficial e veio a estar em voga no século XX, e mesmo no século XXI, passando a constar em manuais de história do Maranhão.

Maria de Lourdes Lauande Lacroix contesta essa nova versão e, concordando com autores dos séculos XVII, XVIII e XIX e, como vimos, também do século XX, afirma a fundação portuguesa. Sua posição está magistralmente expressa em seus livros *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* (2000), já na 3ª edição (2008), e *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial* (2006).

## VII. FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS

Em outro livro, *São Luís do Maranhão: corpo e alma*, relata a mesma autora ter o General Alexandre de Moura, a 2 de novembro de 1615, recebido a rendição de Daniel de La Touche. Depois do reconhecimento do lugar, como primeiro ato, Alexandre de Moura redigiu e entregou ao Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão o Regimento do 9-JAN-1616, referindo-se especialmente à fundação de uma cidade, “fazendo que fique bem arruada e dito conforme a traça que lhe fique em poder (...)”, determinando que o “dito capitão-mor” siga “em tudo a traça que lhe deixo em seu poder feita pelo doutor engenheiro-mor”.<sup>63</sup>

O Regimento definiu a fundação da cidade, previu a reforma do *Fort Saint Louis* com o novo nome de São Felipe, “na forma e ordem que pello tratado Capitão Francisco de Frias, engenheiro-mor do Brasil está desenhado... (...)”.<sup>63</sup>

“O nome do forte francês foi transferido para a nascente cidade, chamada de São Luís”.<sup>64</sup>

“Reunidos, Alexandre de Moura, Jerônimo de Albuquerque Maranhão e o Engenheiro-Mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita, escolheram o mesmo sítio no entorno do principal forte francês. A escolha do local não foi arbitrária, como na maioria das cidades coloniais (...). O sítio ficava em ponto estratégico

---

<sup>62</sup> *FFSLM*, p. 26.

<sup>63</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *São Luís do Maranhão: corpo e alma - SLM*. São Luís, 2012, p. 19.

<sup>64</sup> *SLM*, p. 20.

de observação, bem acima do nível do mar, circundado por dois rios e duas enseadas convergentes de importantes rios do Maranhão”<sup>65</sup>.

No mesmo dia, 9-JAN-1616, Alexandre de Moura fez nomeações para alguns cargos.<sup>66</sup> A administração do Maranhão ficou assim constituída: Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor; Antônio de Albuquerque Maranhão, Comandante do Forte de São José do Itapari; Martim Soares, Capitão de Cumã; Luís Madureira, Ouvidor e Auditor-Geral; Balthazar Alvares Pestana, Sargento-Mor; Salvador de Melo, Capitão do Mar; Bento Maciel Parente, Capitão das Entradas; Ambrósio Soares, Comandante do Forte de São Felipe; Diogo da Costa Machado, Subcomandante do Forte; Alvaro Camara, Comandante do Forte de São Francisco.<sup>67</sup>

Em 1621, foi criada a Câmara Municipal, com funções legislativa, administrativa e política, exercidas por dois vereadores, dois juizes e um procurador, tendo como Presidente Simão Estácio da Silveira. Foram dados privilégios de infância, equivalentes aos de cidadãos do Porto<sup>68</sup>, em Portugal.

---

<sup>65</sup> *SLM*, pp. 20-21.

<sup>66</sup> *SLM*, p. 22.

<sup>67</sup> *FFSLSM*, p. 44, Nota 26. Ver, também, *SLM*, pp. 22-23. Sargento-mor era graduação militar que implicava funções de comando e corresponderia hoje a oficial superior, a major.

<sup>68</sup> *FFSLSM*, p. 44, inclusive a Nota 27. Infância é antigo título de nobreza, inferior ao de rico-homem, talvez escudeiro fidalgo, que, às vezes, regia terras ou era guarda de castelos. Os infanções eram também fidalgos de geração ou linhagem em oposição aos de mercê ou carta. Há divergências sobre o significado rigoroso da palavra (*Lello Universal. Novo Dicionario Encyclopédico Luso-brasileiro*. Direcção de João Grave e Coelho Netto, v. 2. Porto: Lello & Irmão, p. 1351). Infância era também a designação dos filhos dos ricos-homens. Rico-homem era grande do reino, em Portugal, do século XII ao XIV, que atuava na guerra e usava como insígnia pendão e caldeira, para indicar que sustentava (a caldeira era onde se faziam os alimentos) a sua custa gente de guerra (o pendão congregava e servia de referência e sinal aos combatentes nas batalhas). Esse título correspondia aos de condes e barões de outros países (*Lello Universal, cit.*, v. 4, p. 902). Somente não são do *Lello* os dois trechos entre parênteses, que são nossos.

### VIII. A CIDADE DE SÃO LUÍS, E SÃO LUÍS GONZAGA

No “Avis de l’Éditeur”<sup>69</sup> (assinado por Casterman & fils, Tournai, 1848), em sua 3ª e última página, no livro *Vie de S. Louis de Gonzague suivie de celle da S. Stanislas de Kotska*<sup>70</sup>, de autoria do Pe. Virgile Capari (Tournai: Casterman & fils), há referência a “une victoire de Geronyme d’Albuquerque sur les troppes françaises”<sup>71</sup>, e a uma ligação da Cidade de São Luís a São Luís Gonzaga, como consta nos seguintes trechos:

– (...) *la ville de Saint Louis de Gonzague, capitale de la province de Maranon.*<sup>72</sup>

– “*Nous hommage a Saint Louis de Gonzague et la ville, capital de province du Maranon, dan le Empire du Brésil.*”<sup>73</sup>

Terá a Cidade de São Luís sido dedicada a São Luís Gonzaga (\*1568, † 1591<sup>74</sup>)?. Caso tenha sido, quando o foi (Ainda no período colonial? Após a independência?)? E por quem?

Esse santo, do norte da Península Itálica, de nobre família<sup>75</sup>, ingressou na Companhia de Jesus, em Roma, em 1585, pronunciando seus votos religiosos dois anos depois. Em 1590, durante a epidemia de cólera que assolou Roma, desempenhou grande atividade no socorro dos flagelados, morrendo em 1591<sup>74</sup>, aos 23 anos. Foi beatificado em 1605 pelo Papa Paulo V e canonizado em 1726 pelo Papa Bento XIII. É patrono da juventude cristã<sup>74</sup>.

<sup>69</sup> “Aviso do Editor”.

<sup>70</sup> *Vida de S. Luís de Gonzaga seguida daquela de S. Estanislau de Kotska.*

<sup>71</sup> “uma vitória de Jerônimo de Albuquerque sobre as tropas francesas”.

<sup>72</sup> “(...) a cidade de São Luís de Gonzaga, capital da província do Maranhão”.

<sup>73</sup> “Nossa homenagem a São Luís de Gonzaga e à cidade, capital da província do Maranhão, no Império do Brasil.”

<sup>74</sup> *Enciclopédica Brasileira Mérito.* Vol. 12. São Paulo – Rio de Janeiro – Porto Alegre – Recife: Editora Mérito S.A., 1960, p. 413.

<sup>75</sup> *Vie de S. Louis de Gonzague... etc., cit.,* Chapitre Premier (Capítulo Primeiro), início.

## IX. CONCLUSÃO SOBRE A FUNDAÇÃO DA CIDADE

Cronistas e historiadores do Maranhão dos séculos XVII, XVIII e XIX deram pouca importância à ação dos franceses de 1612 a 1615 e não tiveram dúvida em atribuir a fundação de São Luís aos lusitanos<sup>76</sup>.

João Francisco Lisboa, comparando as invasões francesa e holandesa, observou que “a franceza é apenas conhecida dos homens de letras, e, como a holandesa, não vive na memória do povo”.<sup>77</sup>

No século XX, começou a ter voga a versão de uma fundação francesa, que passou a constar em manuais de história do Maranhão.

No entanto, vários autores não adotaram essa nova versão, entre eles Maria de Lourdes Lauande Lacroix.

Afirma ela que:

- Não achou em antigos historiadores qualquer alusão à fundação de uma cidade pelos franceses.
- Mesmo nos relatos dos franceses não consta terem eles fundado uma cidade.
- Alexandre de Moura entregou ao Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão um diploma legal, o Regimento de 9-JAN-1616, referindo-se especialmente aos cuidados dedicados à fundação de uma cidade.
- A versão da fundação francesa surgiu em uma época de decadência econômica e conseqüente marasmo social.
- Para ela, esse novo entendimento parece estar relacionado ao inconformismo e até ao ressentimento que acompanhou esse declínio.
- Assim, o maranhense:
  - passou a louvar o passado, mostrando ao Brasil uma província diferente, de povo educado, instruído, culto, sempre atento à questão vernacular, sementeira de poetas e literatos;
  - para confirmar essa singularidade, trasladou a fundação de São Luís de mãos portuguesas para mãos francesas, ao contrário de outras cidades brasileiras.

---

<sup>76</sup> *FFSLSM*, p. 85.

<sup>77</sup> LISBOA, João Francisco. “Apontamentos para a História do Maranhão”. In *Obras de João Francisco Lisboa*. Lisboa: Editores Luis Carlos Pereira de Castro e Henriques Leal, Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1901, p. 327. *Apud FFSLSM*, p. 88.

Sua obra tem ecoado também fora do Maranhão. Além de sua isenção (inclusive, seu último sobrenome é de origem francesa), deseja estabelecer a verdade. Sua iniciativa propicia – mesmo que isso possa não ter sido sua intenção inicial – se faça justiça à figura histórica do Conquistador do Maranhão.

A propósito, em afirmação também imparcial, José Sarney assinala:

*... por meandros inexplicáveis (...), Jerônimo de Albuquerque Maranhão perdeu a glória dessa vitória. Ninguém a ele reverencia no Maranhão, renasceram para a eternidade os franceses. Deles é que a cidade de São Luís se orgulha, sobre eles é que cria lendas, deforma fatos, e de La Ravardière até o reinventou em bronze, como estátua e fundador*<sup>78</sup> (grifos nossos).

## X. JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

**Jerônimo de Albuquerque Maranhão** (\*Olinda, ca. 1548, † 11-FEV-1618) foi o Fundador da Casa de Cunhaú, ao doar, a 2-MAIO-1604, a seus filhos Antônio e Matias, as terras onde veio a edificar-se o Engenho de Cunhaú, o primeiro e o principal engenho de açúcar do Rio Grande do Norte, “um dos mais importantes de todo o Norte” do Brasil, e “também célebre pelos feitos gloriosos que nele se desdobraram” durante a ocupação holandesa<sup>79</sup>, no século XVII, estando registrado “na cartografia dos séculos XVII e XVIII. Entra pelo século XIX centro de decisões políticas”.<sup>80</sup>

Jerônimo era filho do fidalgo português **Jerônimo Albuquerque** e de **D. Maria do Espírito Santo Arco Verde** (filha do Tuxaua dos Tabajaras).

Foi Fidalgo da Casa Real, um dos Conquistadores do Rio Grande do Norte e seu Capitão-Mor (de 1603 a 1609, ou 1610), Conquistador e 1º Capitão-Mor do Maranhão.

Sobre ele, refere Pedro Calmon:

*(...) Continuou Jerônimo de Albuquerque capitão-mor do Maranhão (...). Não durou muito. Morreu (...) em (...) fevereiro de 1618. E honrosamente*

<sup>78</sup> SARNEY, José. Prefácio “Sol de Ouro Fino em Campo Azul”. In PIANZOLA, Maurice. *Os Papagaios Amarelos. Os franceses na conquista do Brasil*. São Luís: Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão. Alhambra, 1992; p. XVI. *Apud FFSLSM*, p. 125.

<sup>79</sup> A. Tavares de Lira. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Fundação José Augusto, 1982; p. 46.

<sup>80</sup> Hélio Galvão. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979; p. 84.

*pobre. Seu filho Antônio contou que **hipotecara o engenho (Cunhaú) para prosseguir a tomada do Maranhão, e faleceu com dívidas...***<sup>81</sup> (grifos nossos)

*A propósito da conquista do Maranhão, veremos que **empenhou seus haveres, morrendo muito pobre, como alegou Antônio de Albuquerque, seu filho, doc. in Livro das Mercês, 1ª, ms. no Arquivo Histórico Colonial, Lisboa, inédito.***<sup>82</sup>

Como vemos Jerônimo hipotecara bens particulares seus para financiar a Conquista do Maranhão, um empreendimento público.

Citamos a opinião de pessoas imparciais. Mencionemos, agora, a de seus opositores no Maranhão.

Em cartas a Jerônimo, Daniel de La Touche:

a) A 21-NOV-1614, diz, ao fim da carta: “Este vosso mortal inimigo”<sup>83</sup>

b) Já a 22-NOV-1614, chama-o de amigo (grifos nossos):

*Tenho visto pela vossa Carta **a boa guerra, que tendes feito aos meus Francezes, que eu governo; e assim estou muito alegre (...); (... tudo vos pagarey em dobro (...): peço-vos, que me mandeis os nomes dos meus, a que salvastes a vida (...); (... vossa palavra (... na qual fio tanto, como vós podeis fiar da minha; pois a dou como Christão verdadeiro (... e vosso amigo.***<sup>84</sup>

c) A 23-NOV-1614, compara-o a Afonso de Albuquerque, o Grande, um de seus ilustres ascendentes<sup>85</sup> indiretos (grifos nossos):

*A clemencia daquelle grande Capitão **de Albuquerque, Governador (... nas Indias Orientaes, se vos assemelha na cortezia, que fazeis aos Soldados Francezes, e a sepultura, que haveis dado aos mortos (...). (... fiando-me inteiramente na vossa fé, e palavra (...): (... não digo por ora outra cousa, senão que honrariéis a casa, e nome dos Albuquerque.***<sup>86</sup>

d) A 25-NOV-1614, diz beijar-lhe as mãos e firma-se como seu servidor (grifos nossos):

<sup>81</sup> Pedro Calmon. *História do Brasil*. Vol. II, 2ª ed. Livraria José Olympio Editora; p. 495.

<sup>82</sup> *Op. cit.*, vol. II, p. 408.

<sup>83</sup> *HCC*, pp. 242-243.

<sup>84</sup> *HCC*, pp. 245-246.

<sup>85</sup> *HCC*, p. 42-43.

<sup>86</sup> *HCC*, p. 247.

*Tendo considerado (...) vossa Carta, e conforme aos discursos que vós tendes feito (...), parece que tudo não attende a mais que á paz (...): eu lhe beijo as mãos com vossa licença, e o mesmo faço a vós ambos,*

*Vosso servidor – Ravardière*<sup>87,88</sup>

O “cirurgião francês, Mons. de Lastre, que havia curado o filho primogênito de Jerônimo, capitão Antônio de Albuquerque, ferido de 3 tiros, (...) dá o testemunho de como pelo trato pessoal o Capitão-Mor brasileiro fez de seus inimigos grandes afeiçoados. ‘**Nunca vi gente tão honesta**’, depõe” ele<sup>89</sup> (grifos nossos).

Foi esse homem honrado que, já com cerca de 66 anos, lançou as bases da Capitania, Província e Estado do Maranhão.

Por seus filhos, Antônio e Matias, que também tomaram parte na Conquista do Maranhão, deixou descendência em Portugal e no Brasil.

## **XI. A FAMÍLIA DE JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO**

### **1. DESCENDÊNCIA**

#### **A. EM PORTUGAL**

**Antônio de Albuquerque Maranhão**, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador de Santo André do Ervedal e da Ilha de Porto Santo da Ordem Militar de N.S.J.C., foi Capitão-Mor do Maranhão (de cuja conquista participou com seu pai, e onde foi ferido) e da Paraíba (quando combateu os invasores holandeses)<sup>90</sup>. Deixou descendência em Portugal, onde veio a ser Senhor da Casa dos Bicos, em Lisboa, em razão da proximidade de parentesco com Afonso de Albuquerque, o Grande (\*1453, † 1515) (nomeado Vice-Rei perpétuo da Índia, Duque de Goa, Senhor do Mar Vermelho), “o mais illustre dos homens de guerra portugueses do século XVI”, dotado “de energia indomável, dos mais raros talentos militares”<sup>91</sup> e sua descendência.

---

<sup>87</sup> HCC, p. 248.

<sup>88</sup> A carta, dirigida a Jerônimo, menciona também Diogo de Campos Moreno. Assim, parece dizer Daniel da La Touche beijar as mãos de um e de outro.

<sup>89</sup> HCC, p. 38.

<sup>90</sup> DBPC, pp. 46 a 52.

<sup>91</sup> Lello, *cit.*, v. 1, p. 62.

O filho do referido Afonso de Albuquerque, Brás, depois chamado Afonso de Albuquerque<sup>92</sup> († 6-MAIO-1581, com 80 anos)<sup>93</sup>, Senhor da Capela da Graça (instituída por seu pai), fundou a Casa dos Bicos<sup>94</sup> (edificou-a em Lisboa em fins do 1º quartel do século XVI). Comprou em 1526 a Quinta da Bacalhoa, em Azeitão<sup>93</sup>, instituiu o morgado de Azeitão<sup>94</sup>, foi Provedor da Misericórdia de Lisboa e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por carta régia de 12-DEZ-1572.<sup>93</sup>

Seu filho, Dom João Afonso de Albuquerque (do qual, por sua vez, o filho, Dom Afonso de Albuquerque, foi para a Índia em 1617, e faleceu sem descendência) instituiu o morgado da Casa dos Bicos<sup>94</sup>. Ele e sua cōnjuge, D. Violante de Távora, vendo-se sem filhos, fizeram, em 26-OUT-1549, uma escritura de doação de seus bens, e entre eles a Casa dos Bicos. Essa escritura não foi só de doação, mas envolveu também a doação de um morgado, para a administração do qual chamaram em primeiro lugar o donatário, Antônio de Albuquerque<sup>95</sup> Maranhão<sup>96</sup>.

A este e a seus sucessores impuseram a obrigação de “*trazerem as armas dos Albuquerque sem nenhuma mistura (...)*”<sup>97</sup>.

Antônio de Albuquerque Maranhão permaneceu muitos anos no Brasil, indo depois para Portugal, onde foi o 3º Senhor da Casa dos Bicos, e onde casou e deixou descendência, com a qual ficou a referida Casa até 1873.

Com serviços à causa pública, rico e conceituado, faleceu “em avançada idade”, em Lisboa, pelos annos 1667<sup>98</sup>, “com opinião de virtude, pois como tal se notou crescer a cêra que servio no seu enterro”<sup>99</sup>.

<sup>92</sup> Era muito rico, havendo-lhe o rei D. João III pedido, em 1624, dinheiro emprestado. Ver FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra – BSS*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973 (3v.); v. II, p. 203, que cita: *Vida e obras de Gil Vicente*, pp. 200 e 390; Gil Vicente, em *Clerigo da Beira*.

<sup>93</sup> *BSS*, v. II, p. 203.

<sup>94</sup> *BSS*, v. II, p. 212a.

<sup>95</sup> *BSS*, v. II, p. 208.

<sup>96</sup> Antônio era tetraneto neto e D. João Afonso de Albuquerque era trineto do casal João Gonçalves de Gomide e D. Leonor de Albuquerque, que eram os mais próximos antepassados comuns de ambos.

<sup>97</sup> *BSS*, v. II, p. 208, que cita: Silva Túlio, *Casa dos Bicos*, p. 95.

<sup>98</sup> *DBPC*, p. 51.

<sup>99</sup> JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Catálogo Genealógico*. Livraria J. Leite, p. 45.

## B. NO BRASIL

Outro filho de Jerônimo, **Matias de Albuquerque Maranhão**, foi Senhor da Casa de Cunhaú (onde † *ca* 1685, em avançada idade), que ficou em sua descendência direta, por transmissão **hereditária**, até a segunda metade do século XIX. Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Comenda de São Vicente da Figueira, na Ordem Militar de N.S.J.C., Cavaleiro Professo de São Bento de Aviz<sup>100</sup>. Como voluntário, acompanhou seu pai na Conquista do Maranhão. Em 1617, achava-se no governo das aldeias de Cuma, pouco distante de São Luís, tendo, então, a patente de Capitão de Infantaria<sup>101</sup>. Em 1619, governou por alguns dias o Pará. A 6-JAN-1631, travou, perto de Olinda, com vantajoso resultado, combate contra os invasores holandeses.<sup>102</sup>

Durante a II Invasão Holandesa ao Brasil (1630-1654) os invasores confiscaram o Engenho de Cunhaú (restituído depois a seus legítimos proprietários, quando da restauração da soberania portuguesa), que foi vendido a terceiros, “por 60.000 florins”, a 15-JUN-1637<sup>103</sup>, tendo-se retirado Matias para Portugal.

No domingo, 16-JUL-1645, quando as pessoas haviam acorrido à Capela de **Nossa Senhora das Candeias** do Engenho de Cunhaú para o cumprimento do preceito de assistência à S. Missa dominical, ocorreu terrível massacre de dezenas de pessoas, perpetrado por aliados dos holandeses<sup>104</sup>. O Pe. **André de Soveral** (\**ca.* 1572, na Vila de São Vicente – SP)<sup>104</sup> e **Domingos Carvalho**, duas de suas vítimas inocentes, foram (juntamente com 28 das vítimas do massacre de Uruaçu, também no Rio Grande do Norte, a 3-OUT-1645), beatificados, como Mártires, por S.S. o Papa João Paulo II, no domingo 5-MAR-2000 (durante o Ano Santo do II Milênio do nascimento de N.S. Jesus Cristo) na Praça de São Pedro, no Vaticano, em cerimônia a que estivemos presente.

Ao retornar de Portugal, Matias chegou em 1643 ao Rio de Janeiro<sup>105</sup> (aí ficando até *Ca.* 1657), onde se casou com D. Isabel da Câmara<sup>106</sup>, filha do casal

<sup>100</sup> BORGES DA FONSECA, Antonio José Victoriano. *Nobiliarchia Pernambucana – NP*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935; v. I, p. 11.

<sup>101</sup> *DBPC*, p. 717. Cuma é Cumã.

<sup>102</sup> *DBPC*, pp. 718-719.

<sup>103</sup> *HCC*, p. 85.

<sup>104</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Paulo Fernando de. *O Morticínio de Cunhaú. Seus 350 anos – MC*. 2ª Ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1995. pp. 8-9.

<sup>105</sup> *DBPC*, p. 719.

<sup>106</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965-1967; v. I, p. 31 e V. II, p. 215.

Pedro Gago da Câmara e D. Isabel de Oliveira<sup>107</sup>, “pessôas da primeira nobresa daquela cidade”<sup>100</sup>. Por esse casamento, os seguintes Senhores de Cunhaú e seus descendentes vieram a ser descendentes também de uma das primeiras (mais antigas) famílias do Rio de Janeiro.

Matias muito concorreu para o apresto da armada que daí partiu para a reconquista de Angola (então, ocupada pelos holandeses), com 400 cruzados<sup>107</sup>. Por carta patente de 1656, foi nomeado para o governo da Capitania da Paraíba. Tomou posse a 17-OUT-1657, governando até 1663. Foi o 12º governador e capitão-general da Capitania da Paraíba e um dos que mais concorreram para seu aumento e prosperidade, merecendo-lhe particular interesse a administração da justiça, a fortificação e o desenvolvimento da agricultura (por exemplo, achou na praça somente dois engenhos de açúcar ao assumir o governo; ao deixá-lo, após cerca de cinco anos, já havia 42)<sup>108</sup>.

Um dos filhos do casal Matias e D. Isabel da Câmara, foi **Afonso de Albuquerque Maranhão** (\*Ca. 1660), Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Capitão-Mor de Goianinha, no Rio Grande do Norte.

Afonso, com tropas a sua custa, combateu com êxito<sup>109</sup>, durante a chamada “Guerra dos Bárbaros”, obtendo uma vitória em 1690<sup>110</sup>. Presenteou *uma légua de terra à aldeia dos índios do rancho Canindé dos Jandoins*, para os mesmos lá se estabelecerem, tendo o rei de Portugal manifestado seu agradecimento pela oferta<sup>111</sup>.

Durante a “Guerra dos Mascates”, apoiou a Nobreza de Olinda, enviando-lhe tropa que não chegou a seu destino, por ter sido vítima de uma emboscada.<sup>112</sup>

Casou-se a primeira vez a 27-NOV-1682, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Olinda, com D. Isabel de Barros Pacheco, com quem deixou descendência.<sup>113</sup>

---

<sup>107</sup> HCC, p. 55. DBPC, p. 719.

<sup>108</sup> DBPC, pp. 719-720; HCC, pp. 55-56.

<sup>109</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte – HRN*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação. Departamento de Imprensa Nacional, 1955; p. 98.

<sup>110</sup> HRN, p. 308.

<sup>111</sup> HRN, p. 41.

<sup>112</sup> MARTINS, Pe. Joaquim Dias. *Os Martires Pernambucanos Victimadas da Liberdade nas duas Revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. Pernambuco*. Typ. de F.C. de Lemos e Silva, 1853-1854. Edição fac-simile [Ca. 1974]; pp. 245-246 e 90-91.

<sup>113</sup> NP, v. I, p. 15.

**Gaspar de Albuquerque Maranhão**, um dos filhos desse casal, foi Senhor Hereditário de Cunhaú (onde vivia em 1758), Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Capitão-Mor de Goianinha, casado com D. Luzia Vieira de Sá<sup>114</sup>, na Capela de São Miguel, na Paróquia de Santo Amaro de Jaboatão, em Pernambuco, em julho de 1719.

**André (I) de Albuquerque Maranhão**<sup>115</sup> (\*Ca. 1742, † 1806), um dos filhos desse casal, foi Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real<sup>116</sup>, Coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar dos Distritos de Arez, Vila Flor e Tamatandula<sup>117</sup>, no Rio Grande do Norte. Casou-se com D. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro († 1817).

**André (II) de Albuquerque Maranhão** (\*Ca. 1775, † 25/26-ABR-1817), um dos filhos desse casal, foi Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Professo na Ordem Militar de N.S. Jesus Cristo, Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria Miliciana da Divisão Sul do Rio Grande do Norte.

Diz Rocha Pombo viver ele “mais habitualmente no seu grande engenho de Cunhaú”, tendo aí uma como que “*côrte*, estando sempre cercado de parentes e amigos, tendo muitos feitores, o seu capellão, e numerosa criadagem”.<sup>118</sup>

São notáveis nele a bondade de coração, a integridade de caráter, a piedade filial. A suas qualidades se referem Henry Koster, o Pe. Joaquim Dias Martins, Luís da Câmara Cascudo<sup>119</sup>.

O viajante inglês Henry Koster, conhecido também pela precisão de seus relatos, que, em 1810, foi seu hóspede na Casa-Grande de Cunhaú, diz dele:

<sup>114</sup> NP, p. 18.

<sup>115</sup> NP, pp. 18 a 20.

<sup>116</sup> “A antiga nobreza portuguesa dividia-se, na sua plena florescência, em três ordens hierárquicas: a Principal, a Distinta e a Ordinária”. À primeira Ordem, a da nobreza Principal, pertenciam, entre outros, os Fidalgos Cavaleiros (*Anuário da Nobreza de Portugal*, ANP. III. Instituto Português de Heráldica. Lisboa: IPH, 1985. 2t., Tomo I, p. XIII).

<sup>117</sup> HRN, pp. 122-123.

<sup>118</sup> ROCHA POMBO. *Historia do Estado do Rio Grande do Norte – HERN*. Edição Commemorativa do Centenario da Independencia do Brasil (1822-1922). Rio de Janeiro. Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922; p. 238.

<sup>119</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Paulo Fernando de. Prefácio ao Livro *A Casa de Cunhaú: história e genealogia – CCHG*, de Luís da Câmara Cascudo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008; p. 24.

*O Coronel é homem de cerca de trinta nos de idade, bem feito e de altura um pouco acima da mediana. Suas maneiras são corteses como as de todos os brasileiros bem educados. Mora em suas propriedades e possui numerosos servidores. Comanda um regimento de milícias no Rio Grande (...).*<sup>120,121</sup>

Diz, também, manter ele em bom estado seu regimento, atendendo-se às condições da região, bem como que sua escravaria lhe pareceu magnífica, e que o fato de não tirar de suas terras todos os proveitos possíveis é uma prova da bondade de seu temperamento.

Sobre sua hospedagem em Cunhaú, relata Henry Koster:

*[O Coronel André] Conduziu-me (...) aos aposentos destinados aos hóspedes (...), onde achei boa cama. Deram-me bacia com água morna e tudo que me era preciso me foi servido num relancear de olhos. Tinha tudo ares de magnificência e até as toalhas de mão eram guarnecidas de franjas.*

*(...) esperei que logo seria chamado para a ceia, mas com grande espanto meu só à uma hora da madrugada veio um criado convidar-me. Achei, numa vasta sala de jantar, uma grande mesa servida e coberta de muitas iguarias, em quantidade suficiente para fartar vinte pessoas (...). Quando já satisfizera plenamente o apetite, fiquei bastante surpreendido ao ver chegar outro abundante serviço e ainda depois deste um terceiro, composto de doces de dez qualidades, pelo menos. A ceia não poderia ser melhor nem mais opulenta (...) do que se fosse preparada no Recife.*

*Creio mesmo que um epicurista inglês teria ali muita coisa capaz de li-sonjear-lhe o apetite.*<sup>120</sup>

“Tomaram parte neste banquete o Coronel, o Capelão” outra pessoa e ele<sup>120</sup>, informa Henry Koster.

<sup>120</sup> KOSTER, Henry. *Voyages... etc. Brésil*. Trad. de M.A. Jay. Paris, 1846. 1º v. p. 106. *Apud* CASCUDO, Luís da Câmara. *A Casa de Cunhaú, cit.*, pp. 57-58 (livro escrito na década de 1930 e publicado em 2008, já após o passamento do ilustre autor, que, em 1942 publicou, ele mesmo, uma tradução sua do livro de Henry Koster *Travels in Brazil: Viagens ao Nordeste do Brasil*. “*Travels in Brazil*”. Tradução e Notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

<sup>121</sup> Em 1810, quando da visita de Henry Koster, que lhe atribui cerca de 30 anos, o Cel. André teria cerca de 35 anos. Ele devia aparentar menos. Aliás, combinando com isso, o Pe. Joaquim Dias Martins diz ser ele cheio de aparências juvenis na idade de 40 anos.

O Cel. André foi o Chefe do Governo do Rio Grande do Norte durante o Movimento político-militar de 1817, sendo, então, injusta e tragicamente morto, não tendo deixado descendência.<sup>122</sup>

Com sua morte, a mais velha de suas três Irmãs, D. **Luzia Antônia de Albuquerque Maranhão**, assumiu a direção dos negócios da Família, vindo a administrar, e muito bem, o Engenho de Cunhaú.

Casou com seu primo coirmão José Inácio de Albuquerque Maranhão<sup>123</sup> (\*Ca. 1759, † 1820 ou 1821), Cavaleiro da Ordem Militar de N. S. Jesus Cristo, Tenente-Coronel de Cavalaria Miliciana.

Desse casal foi filho **André (III) de Albuquerque Maranhão Arco Verde**, último Senhor da Casa de Cunhaú (\*Ca. 1797, † 26-JUL-1857), Brigadeiro, Deputado Provincial no Rio Grande do Norte, Juiz Municipal e de Órfãos em Vila Flor, no Rio Grande do Norte, com alçada no Crime. Dele e de D. Margarida Leopoldina de Albuquerque foi filha D. **Amélia Carolina de Albuquerque Maranhão Arco Verde** (\*Ca. 1840, no RN, † 18-AGO-1908, na Cidade do Rio de Janeiro), a mais velha dos filhos que deixaram descendência.

D. Amélia Carolina casou-se, a 24-ABR-1859, na Capela de Nossa Senhora das Candeias, com Antonio Jeronymo Pinheiro, Capitão da 1ª Companhia do Batalhão da Guarda Nacional do Município de Canguaretama – RN, por carta patente de 1869.

Um dos filhos desse casal, **João Pinheiro de Albuquerque Maranhão** (\*1864, em Canguaretama, † 16-NOV-1912, no Rio de Janeiro – RJ), casou-se no RJ – RJ com D. **Luísa Buxton** (\*1874, no RJ-RJ, onde † 13-MAIO-1959).

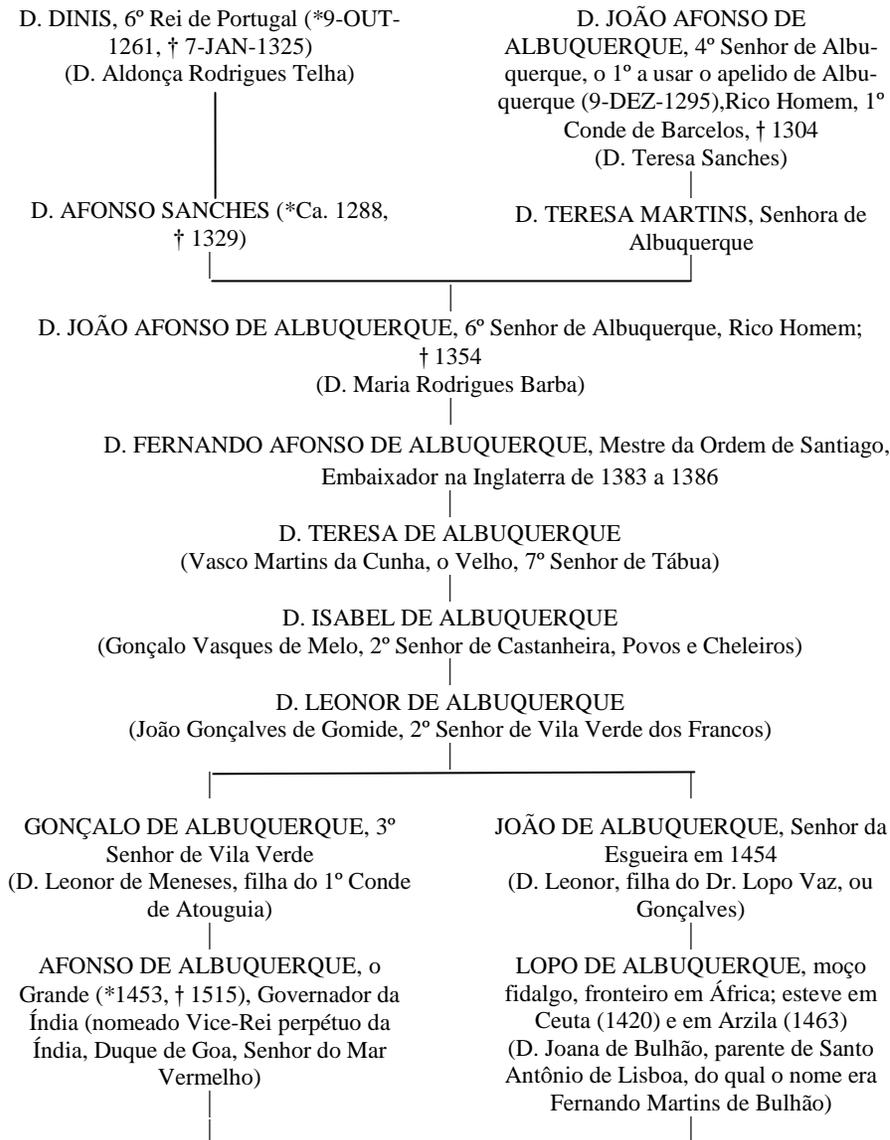
Foram pais de **Paulo Arcoverde de Albuquerque Maranhão** (\*17-MAR-1912, no RJ – RJ, onde † 4-DEZ-1980), casado a 26-SET-1936, na Basílica de Santa Teresinha (RJ-RJ), com D. **Rosa de Castro** (\*17-SET-1917, no RJ – RJ, onde † 3-JAN-2000).

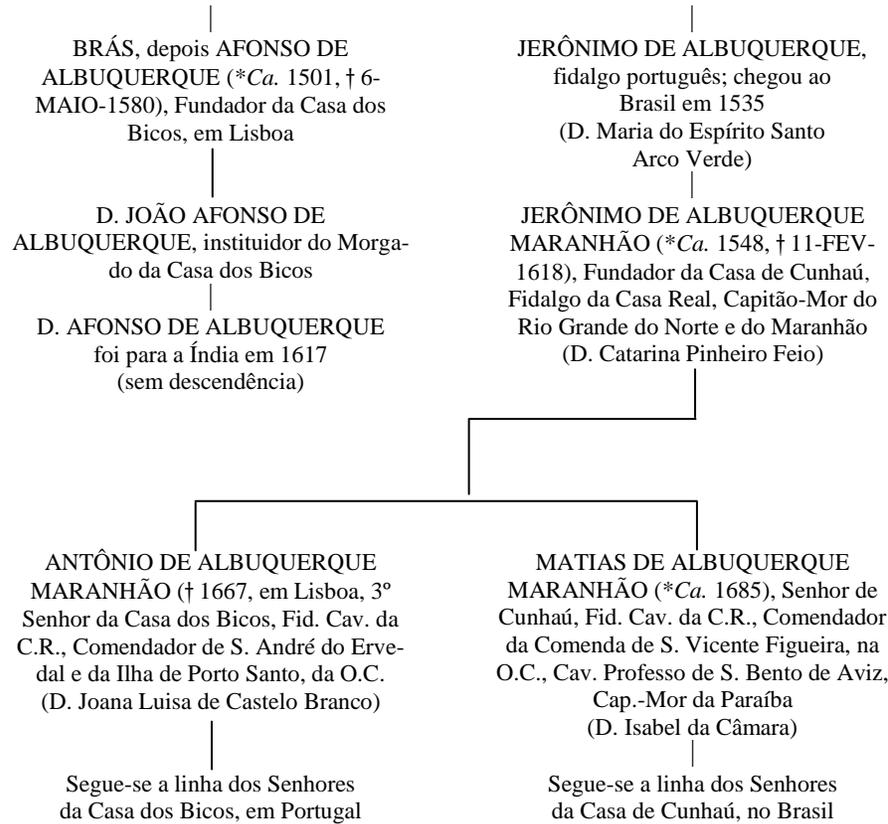
Desse casal são filhos D. **Norma de Albuquerque Maranhão** (\*8-JUL-1937) e Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão (\*31-DEZ-1942), autor destas linhas, ambos nascidos no RJ – RJ, onde vivem.

<sup>122</sup> Sua morte prematura e trágica acabou levando à morte, pouco depois, sua veneranda Mãe.

<sup>123</sup> Filho de Luís de Albuquerque Maranhão, Senhor do Engenho de Belém (no Rio Grande do Norte), Coronel, e, por ele, neto de Gaspar de Albuquerque Maranhão, citado, Senhor de Cunhaú. Gaspar era, assim, avô de ambos os cônjuges, D. Luzia Antônia e o Ten.-Cel. José Inácio.

**2. ANTEPASSADOS PRÓXIMOS DE JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO DESDE O PRIMEIRO QUE USOU O NOME DE ALBUQUERQUE. PARENTESCO COM AFONSO DE ALBUQUERQUE, O GRANDE**





Nota: Os cônjuges D. Afonso Sanches († 1329) e D. Teresa Martins, Senhora de Albuquerque, fundaram o Mosteiro de Santa Clara, em Vila do Conde, onde “eram venerados como santos” (*NPB*, v. I, pp. 193-194).

No século XVIII, foi apresentado, na Cúria Romana, pedido de beatificação de ambos (FERREIRA, Mons. José Augusto. *Os tumulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Porto, 1925, p. 11).

**Fontes:**

- *Nobreza de Portugal e do Brasil – NPB*. Direção, coordenação e compilação de Doutor Afonso Eduardo Martins Zúquete. Lisboa: Editorial Enciclopédia, L.da, v. I, 1960, p. 177.
- *NPB*, v. I, pp. 193-194.
- BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo. *Barões da Sala de Sintra – BSS*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. V. II, pp. 194-195, V. I, pp. 106-107. Há quem atribua a D. Maria Coronel ter sido 2ª esposa de D. João Afonso de Albuquerque e mãe de D. Teresa Martins, o que é contestado por Anselmo Braamcamp Freire (v. I, p. 107)
- *BSS*, v. II, pp. 195-196.
- *BSS*, v. II, pp. 196-197.
- *BSS*, v. II, pp. 197-198.
- *BSS*, v. II, p. [212<sup>a</sup>].
- *BSS*, v. II, p. 203.
- *BSS*, v. II, p. 212.
- *DBPC*, pp. 425 a 430.
- *HCC*, pp. 51-52.
- *DBPC*, pp. 46-52.
- *DBPC*, pp. 717 a 720.